

Atuação das Forças Armadas no Século XXI

Fernando Manoel Fontes Diégues*

Resumo

São examinados, neste trabalho, alguns aspectos do cenário internacional que tendem a acentuar a instabilidade e a gerar tensões ou crises passíveis de afetarem, nesta etapa do século XXI, o processo de realização dos objetivos nacionais brasileiros. Passa-se, daí, a considerar a atuação das Forças Armadas, como um dos alicerces da segurança, no andamento desse processo.

Palavras chaves: Forças Armadas; Cenário Internacional.

Abstract

This work presents some aspects of international scenario that tend to provoke instability and tensions with capacity to affect the Brazilian national priorities. With this premise we should consider the role of Armed Forces, as the main structure of Brazilian Security, in this process development.

Keywords: Armed Forces; International Scenary.

Introdução: os Objetivos Nacionais e as Forças Armadas

Pode-se dizer que uma nação existe quando a grande maioria das pessoas de uma comunidade, estabelecida em território razoavelmente bem definido, compartilha aspirações que são fruto da experiência histórica e da etapa de evolução política, econômica e social que a comunidade atravessa. Tais aspirações dão substância e sentido a sua evolução como nação.

No caso do Brasil, a Constituição apresenta, em seu artigo 3º, com o nome de objetivos fundamentais, uma síntese dessas aspirações: a construção de uma sociedade livre, justa e solidária; a garantia do desenvolvimento nacional; a erradicação da pobreza e da marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais; a promoção do bem de todos, sem preconceitos e discriminações.

Tais objetivos exprimem – embora de forma genérica e resumida, como

* Vice-Almirante foi Encarregado da Área de Política e Estratégia da Escola de Guerra Naval (EGN) e, mais tarde, seu Diretor. É, atualmente, o Segundo Vice-Presidente do Conselho Centro de Estudos Político-Estratégicos (CEPE) da EGN. E-mail: revista@egn.mar.mil.br

é de praxe em um documento desse nível e alcance – uma expectativa de futuro para o Brasil. Representa, em conjunto, a matriz de um projeto político de amadurecimento do Brasil como nação.

A realização desse projeto depende, em grande parte, de diversos fatores internos: da visão dos governantes, da implementação de reformas nos campos econômico e social, da difusão do ensino e da educação, de incentivos ao desenvolvimento científico e tecnológico – de políticas públicas, enfim, que possam contribuir para o bem-estar social e a prosperidade da nação.

Mas, também, não devem ser ignoradas as tendências dominantes e a ação das forças políticas no cenário internacional. Nele interagem e se defrontam as estratégias nacionais. Aí se desenvolvem, às vezes de forma agressiva e contundente, as relações entre Estados; atuam outros agentes, como os organismos internacionais, as organizações não governamentais, as organizações criminosas transnacionais e as terroristas, aptas a empregar diferentes meios de ação, inclusive a força, na perseguição de seus objetivos ou interesses.

A realização dos objetivos fundamentais brasileiros pode beneficiar-se de estímulos externos que lhe sejam favoráveis – é verdade – mas seria arriscado pensar que possa estar sempre livre de ameaças; que permaneça sempre imune a pressões políticas e econômicas, a eventuais constrangimentos ou antagonismos da mesma origem. Os riscos e incertezas do cenário internacional impõem exigências relativas à segurança e defesa do Brasil (FLORES, 2010; DIEGUES, 2005).

Uma das tarefas do Estado, do qual a força militar e a diplomacia são instrumentos essenciais, é prover a segurança no campo externo necessária à consecução dos objetivos fundamentais brasileiros. Em outras palavras: propiciar e garantir condições pelas quais se possa considerar que o País não corre perigo de uma agressão militar, não está exposto a pressões políticas ou imposições econômicas insuportáveis, de maneira que pode livremente dedicar-se ao próprio desenvolvimento e progresso. Segurança que – diga-se de passagem – diante dos interesses muitas vezes conflitantes, dos imprevistos e dilemas embutidos no cenário, nunca pode ser absoluta. É sempre alguma coisa que se persegue.

Minha intenção neste artigo é demarcar, tendo como referência o cenário internacional neste início do século XXI, a visão estratégica que deve orientar a atuação das Forças Armadas – um dos alicerces da segurança – na consecução de nossos objetivos nacionais. Começo, então, por destacar alguns fatores e situações que tendem a sublinhar a instabilidade política e os desequilíbrios regionais ou mundiais, passíveis de gerarem entraves,

constrangimentos ou, até mesmo, em última instância, uma ameaça direta à promoção desses objetivos.

O cenário internacional

O fim da Guerra Fria é referência apropriada ao exame do panorama da segurança internacional nestes primeiros anos do século XXI. Ele representa um corte na história. O desmoronamento da União Soviética e a desintegração do bloco comunista determinaram o fim do sistema bipolar e sua substituição por um cenário em que os Estados Unidos emergiam como única superpotência militar. Poder-se-ia imaginar, então, que se iniciava uma era de paz e entendimento entre as nações. O desafogo de deixar-se para trás as tensões da Guerra Fria, exacerbadas pela imagem angustiante da hecatombe nuclear, dava a impressão de que surgia agora um mundo mais seguro e estável, onde crises como a dos mísseis de Cuba, ou as chamadas “guerras limitadas”, seriam apenas uma lembrança do passado (FRIEDMAN, 2001).

Vinte anos depois, seria um evidente *contras senso* dizer que o fim da Guerra Fria deu lugar à tão esperada era de paz e segurança. Uma era de paz e segurança *ante-vista*, na verdade, a partir de pressupostos otimistas ou arbitrários, estranhos à realidade da geopolítica mundial. Logo, novas crises e atritos, conflitos de maior ou menor envergadura, viriam desacreditar essa visão (DIEGUES, 2008).

O arrefecimento das tensões e a dissolução dos alinhamentos ideológicos próprios da Guerra Fria abriram espaço a conflitos decorrentes de tentativas de afirmação de uma identidade étnica ou nacional, como nos Balcãs, na Chechênia, na Cachemira, em outras partes do mundo, tendentes a se alastrarem, a atraírem terceiros atores, como a OTAN no Kosovo, ou a Rússia na Geórgia, em apoio às pretensões separatistas da Ossétia do Sul e da Abcásia.

O fim da Guerra Fria não eliminou as causas da instabilidade e da violência políticas no mundo. Mais de uma dezena de países africanos, por exemplo, passaram, nos últimos dez ou quinze anos, por guerras civis ou outros tipos de conflito. Muitos deles oficialmente terminaram, mas a paz permanece frágil, os focos de luta continuam acessos, como na República Democrática do Congo, onde, desde 1998, mais de 5 milhões de pessoas perderam em guerras.

Na América do Sul, como uma herança da Guerra Fria, a guerrilha associada ao narcotráfico prossegue alimentando na Colômbia um conflito cujos rescaldos atravessam as fronteiras do país. Nada garante que as hostilidades, até então retóricas, entre os governos venezuelano e

americano não deságuem em uma crise capaz de envolver, pelo menos sob o ponto de vista diplomático, outros países da região. A questão das Malvinas (Falklands para os ingleses) permanece inalterada como um foco de discórdia e tensões no Atlântico Sul.

A proliferação das armas nucleares é outra fonte – vinda, ainda, dos tempos da Guerra Fria - de delicadas controvérsias. As grandes potências continuam de posse dessas armas. Percebidas como instrumento de políticas de poder nacionais, a ambição de possuí-las seduz outros países. O combate à proliferação e a insistência de governos, como os da Coreia do Norte e do Irã, em prosseguirem em seus programas nucleares, nu-tre um perigoso clima de tensão e insegurança recorrentes.

Dez anos após o fim da Guerra Fria, o atentado terrorista de 11 de setembro de 2001 daria origem a novas inquietações, a uma situação aparentemente até então inconcebível: o mais poderoso Estado do planeta mobilizava suas forças contra uma organização, uma rede transnacional, carente de território e Forças Armadas reconhecíveis. Encetava-se, assim, a “guerra contra o terrorismo”, cujos desdobramentos militares mais notáveis seriam a invasão e a ocupação do Iraque e do Afeganistão. O atentado inaugurava um estado de guerra intermitente, de cujos percalços e imposições nenhum país poderia julgar-se livre.

A ação das organizações criminosas pelo mundo afora seria outra ameaça afluyente após o fim da Guerra Fria. Os avanços da tecnologia, a maior mobilidade através das fronteiras, o formidável desenvolvimento do sistema financeiro e das comunicações mundiais favoreceram a expansão dessas organizações. Os “negócios” do tráfico de dro-gas, armas e pessoas viriam a alcançar, conforme estimado pela ONU, cerca de 1 trilhão de dólares anuais.

No campo da criminalidade internacional, não se pode deixar de destacar também a expansão da pirataria pelos oceanos. De acordo com os registros do Escritório Marítimo Internacional, órgão da Câmara Internacional de Comércio, 2009 foi o terceiro ano consecutivo em que o número de assaltos a navios mercantes no mundo cresceu. Ocorreram, naquele ano, mais de quatrocentos eventos desse tipo, dos quais 28 no Atlântico Sul, em águas ao largo da Nigéria.

Conclui-se, enfim, desses exemplos – ainda que esbochem um quadro resumido e incompleto – dos antagonismos e conflitos espalhados pelo mundo nesse início do século XXI, que ao desmonte do sistema bipolar não se seguiu uma nova ordem mundial de estabilidade e segurança. O jogo geopolítico mundial não se alterou no que diz respeito à natureza dos interesses, às motivações e à postura dos jogadores, ou seja, no que

diz respeito aos elementos que definem a lógica do jogo. O que mudou foram as circunstâncias, o peso político dos jogadores, o ambiente em que as iniciativas geopolíticas se desenvolvem.

Para isso, muito contribuíram as mudanças ocorridas na economia mundial. O avanço da globalização acentuou a interdependência financeira entre as nações. Um intenso fluxo de capitais tornou-as mais vulneráveis a abalos e pressões externas. Trilhões de dólares passaram a circular diariamente sem controle no sistema financeiro mundial, suscitando crises portadoras de riscos e instabilidade, como no México (1994), na Ásia (1997/98), na Rússia (1999), na Argentina (2001) e, mais recentemente, a partir de 2008, uma crise que, nascida no próprio centro nervoso da economia mundial, se propaga pelo mundo na forma da “Grande Recessão”.

A competição entre empresas e nações tornou-se mais acirrada. Parodiando Clausewitz, o cientista político Edward Luttwak viria a defini-la como a “expressão da guerra por outros meios”. São os subsídios concedidos pelos países ricos à agricultura; a aplicação de sobretaxas, a pretexto de dumping, sobre produtos importados; o apoio político e financeiro seletivo dos governos a empresas, com vistas à conquista ou à manutenção da liderança industrial em setores de alta tecnologia; a desvalorização artificial da moeda nacional para aumentar exportações, conferindo-se, assim, ao uso do câmbio, um sentido protecionista, em uma conjuntura que evoca - dizem os especialistas - a de uma “guerra cambial” (LUTTWAK, 2001).

Nessa economia mundial em evolução não se distingue - pelo menos sob o ponto de vista de suas implicações geopolíticas - mudança mais expressiva do que aquela concernente à distribuição do poder econômico no mundo. Os assim chamados mercados emergentes passaram a responder por mais da metade do comércio e por parcelas cada vez maiores da economia mundial. Enquanto, entre 2003 e 2010, os países desenvolvidos tiveram um crescimento médio de 1,5%, o dos emergentes foi de 6,3%. Conforme dados do FMI, a participação dos BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) na economia mundial passou de 16%, uma década atrás, para 25%, em 2010. Nesse mesmo ano, a China alcançou o Japão e já é a segunda maior economia do mundo (TOH, [201-]).

Projeções para as próximas décadas, baseadas nas atuais tendências da economia mundial, reforçam os traços dessa mudança. É certo que as previsões nem sempre se concretizam; não deixam de estar sujeitas aos imprevistos e contratemplos tão comuns na história. Mas, normalmente, invadem a percepção e, daí, tendem a ocupar lugar nas decisões e políticas governamentais.

Uma dessas projeções deriva de um estudo conduzido pelo Goldman

Sachs, em dezembro de 2009. Ela contempla a ascensão das economias dos BRIC ao mesmo nível de desenvolvimento das economias do Grupo dos Sete (G-7) em 2032. Prevê a superação dos Estados Unidos pela China; e a do Japão, como terceira economia do mundo, pela Índia, em torno de 2027. O Brasil e a Rússia passariam à condição de quarta e quinta economias por volta de 2050.

Se bem que não se lhes possa atribuir um caráter inexorável ou uma infalível exatidão, tais projeções sugerem o surgimento de uma nova ordem mundial multipolar, proveniente da difusão mais ampla do poder pelo mundo, em vias de substituir a uni-polar. Esse é o ponto de vista de vários observadores. Kissinger diria, por exemplo, ainda em 2008, que “Os Estados Unidos continuarão sendo o país mais poderoso, mas não vão manter a posição de autoproclamado tutor do mundo”. Eles teriam de admitir os limites da hegemonia; reconhecer que o “G-8 precisa de um novo papel para abarcar a China, a Índia, o Brasil e, talvez, a África do Sul”. E, de fato, a formalização do G-20, em 2009, confirmaria sua opinião.

A ascensão de novos atores altera a relação de forças e a influência relativa das nações no sistema internacional. Reordena a posição das peças no tabuleiro geopolítico mundial. O crescimento de suas economias faz com que busquem matérias-primas e mercados no mundo; compitam com outras nações pelo abastecimento e a colocação de seus produtos. É provável que se empenhem em ampliar a presença em outras partes do mundo para promover ou proteger seus interesses. Disso não faltam exemplos na história. Seria imprudente descartar a possibilidade de que, nesse processo, ponham em xeque ou contrariem outros interesses e, daí, que os contenciosos se alastrem, deixando o mundo mais exposto ao risco de conflitos.

O cenário se torna mais delicado quando se consideram certas tendências suscetíveis de afetar a economia. É o caso do crescimento demográfico. Segundo a ONU, a população mundial deve passar dos 6,7 bilhões de pessoas nos dias atuais para um pouco mais de 9 bilhões por volta de 2050. A situação se torna mais complicada diante da distribuição do crescimento: estima-se que, nessa ocasião, mais de 85% dos seres humanos estarão vivendo nos países menos desenvolvidos do mundo. Em 1950, eram 65%. É pelo menos duvidoso que, até lá, o desenvolvimento tecnológico e novas formas de produção possam satisfazer as necessidades de energia e alimentação de quase mais um terço da humanidade.

Nessa perspectiva, convém ainda lembrar os efeitos econômicos e sociais e, daí, possivelmente políticos, que as esperadas alterações climáticas no planeta ameaçam provocar. Elas deverão ocasionar migrações em massa, refugiados ambientais, o aumento da pobreza e da carência de alimentos

em várias partes do mundo, que, quase certamente, contribuirão para aprofundar a instabilidade e fomentar crises. Não é de todo improvável, que o progressivo esgotamento de certos recursos naturais leve a disputas pelo controle de territórios com recursos mais abundantes.

É da escassez de água que devem decorrer os problemas mais graves, envolvendo, principalmente, países que compartilham o acesso e o aproveitamento desse recurso. O petróleo é outro recurso natural que pode ser motivo – se já não é, como no Oriente Médio – de disputas pelo controle de territórios ou concessões para a sua exploração. Ele continua sendo o combustível do crescimento.

Enfim, procurei até aqui focalizar, resumidamente, algumas situações ou fatores, que, de uma maneira ou de outra, podem vir a evoluir e embaraçar ou degradar as condições de segurança da realização de nossos objetivos nacionais. Tais situações ou fatores são produtos de um mundo que passa, desde o fim da Guerra Fria, por um período de mudanças incisivas, que se refletem na economia e nas relações de poder entre as nações. Mudanças não poucas vezes contundentes, passíveis de afetarem a segurança e a liberdade de ação dos Estados no tabuleiro geopolítico mundial. Como em todo cenário de transição, nele o imprevisível e a incerteza pontificam. A atuação de nossas Forças Armadas não pode deixar de basear-se em uma visão estratégica que leve em conta esse cenário.

A atuação das Forças Armadas

Seria inútil, no entanto, um esforço gratuito, tentar prever a extensão e a gravidade das ameaças ou desafios com os quais o Brasil pode vir a defrontar-se nas próximas décadas - considerando-se, principalmente, um período de mudanças quase sempre imprevisíveis como o atual.

Talvez, por isso mesmo, nele não se vislumbrem adversários ideológicos ou antagonistas do Brasil tão evidentes como no terreno bem conhecido e consolidado da Guerra Fria, ou em outras fases da nossa história. Nele não se encerra, sob estrito ponto de vista político-militar, uma ameaça externa bem definida e, muito menos, absoluta. Seria um lapso de avaliação rudimentar limitar a concepção de emprego das Forças Armadas à consideração de uma possível ameaça fixa e endurecida – se é que ela poderia efetivamente ser definida.

Isso não quer dizer, contudo, que o Brasil possa estar sempre livre dos sobressaltos e pressões de um mundo turbulento e movediço, em que as distâncias se encurtam e a interdependência política e econômica entre as nações se acentua. Se, no passado, no tempo da Guerra Fria, as intenções do adversário eram bem conhecidas, no presente, em um mundo plano - como

diz Thomas L. Friedman em seu livro – globalizado, esquematizado na forma de um cenário propício a abrigar diferentes potenciais de ameaça, as questões de segurança e defesa e, portanto, a atuação das Forças Armadas, não podem conservar-se estranhas às implicações das mudanças em curso no tabuleiro geopolítico mundial, ao impacto político das crises financeiras, aos inevitáveis efeitos econômicos e sociais da escassez de recursos naturais, à ação desestabilizadora e criminosa das assim chamadas “novas ameaças” (FRIEDMAN, 2001).

Diante das incertezas do cenário, é imprescindível que as Forças Armadas – seja em face da possibilidade de um conflito convencional, de uma situação de crise ou, ainda, da contenção de atividades irregulares ou criminosas transnacionais – estejam preparadas e possam dispor de ponderável grau de flexibilidade, reconhecendo a natureza, adaptando-se às circunstâncias, reagindo com rapidez aos diferentes tipos de ameaça, onde e quando necessário. A atuação das Forças Armadas deve basear-se em modos de ação que privilegiem a agilidade e possa contar com a versatilidade de meios e sistemas em condições de explorá-la.

Posicionamento adequado, forças de deslocamento rápido, o aprestamento e a prontidão dão substância à satisfação do requisito. Da mesma forma, não devem ser esquecidos a infraestrutura de apoio logístico e um sistema de comando, controle, comunicações e inteligência ajustados ao ambiente dos eventuais teatros de operações e às características das forças que neles devem atuar.

Nesse contexto, a tecnologia é peça fundamental. Nunca é demais sublinhar seu papel nos conflitos contemporâneos. Basta lembrar o uso do espaço, dos submarinos com propulsão nuclear, das armas “inteligentes”, dos veículos aéreos não tripulados, na ampliação da capacidade de atuação das Forças Armadas, como vimos em conflitos mais recentes. A tecnologia impõe novos parâmetros, altera enfoques operacionais e a organização das Forças. Por maior que seja o esforço aplicado no desenvolvimento autônomo tecnológico das Forças, ele nunca será exagerado.

A Estratégia Nacional de Defesa destaca três setores estratégicos como sendo essenciais à defesa nacional: o espacial, o cibernético e o nuclear. Preconiza, na reorganização da indústria nacional de material de defesa, o desenvolvimento de capacitações tecnológicas independentes (BRASIL, 2008).

Mas a tecnologia não é tudo. A atuação das Forças Armadas também deve basear-se em uma postura estratégica derivada das aptidões que as caracterizam. Uma delas é proporcionar ao Estado a capacidade de projetar no cenário internacional uma imagem de autoconfiança e vontade políticas.

Para isso, essa aptidão deve projetar-se na existência de Forças Armadas com um potencial convincente de credibilidade militar. Forças Armadas atuando como um dos instrumentos da política nacional, em sintonia ou em contraponto à diplomacia, com um perfil capaz de desencorajar eventuais pressões ou iniciativas externas contrárias aos interesses nacionais. Um perfil capaz de suscitar, em suma, um efeito inibidor.

Isso não quer dizer, contudo, que a atuação das Forças Armadas deva restringir-se ao exercício de uma função inibidora. Até porque, para a dissuasão ser eficaz, é preciso que elas estampem uma imagem capaz de levar o eventual adversário, diante dos riscos percebidos, a reconhecer que a agressão não seria compensadora. A atuação das Forças Armadas exige, por conseguinte, de forma prioritária, a maximização de sua capacidade de operar e combater.

Essa capacidade deve estar a serviço de uma concepção estratégica de natureza defensiva em sua aceção mais abrangente. De fato, se assumi como premissa, no início deste artigo, a vinculação das Forças Armadas, como um dos pilares da segurança, à realização de nossos objetivos nacionais, deve-se atribuir à sua atuação um caráter defensivo. Uma postura defensiva da qual devem derivar, de acordo com as implicações advindas da evolução do cenário, em especial dos tipos de ameaça e da geografia de suas manifestações, estratégias operacionais mais específicas. A atuação das Forças Armadas deve caracterizar-se por incorporar um sentido geral ativo, em oposição a uma ideia de defesa estática e puramente reativa. Deve basear-se, enfim, em uma concepção estratégica de caráter defensivo, assente em procedimentos e ações, de preferência, taticamente ofensivos.

Uma tal concepção supõe, entre outras imposições, a necessidade de as Forças Armadas exercerem – e efetivamente exibirem, por meio de ações preventivas ou repressivas, e pela própria constante presença – incontestável controle de áreas que têm um significado estratégico mais crítico para o Brasil; nas quais, mesmo na ausência de conflitos declarados, a soberania e a jurisdição nacionais devem prevalecer sem lacunas ou restrições.

É esse o caso da área marítima do Atlântico Sul que vem sendo chamada de Amazônia Azul. Equivalente a mais de 50% do território continental, sobre ela o Estado brasileiro exerce, conforme estabelecido na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (1982), direitos de soberania para efeitos de exploração e aproveitamento de seus recursos naturais. Aí se localizam cerca de 92% das reservas brasileiras provadas de petróleo, como as do pré-sal, a mais rica província petrolífera descoberta nos últimos cinquenta anos. Em 2010, 91% da produção brasileira de petróleo foram extraídos do mar (VIDIGAL, 2006).

Outra atividade relevante para a economia brasileira nessa área é o transporte marítimo. Centenas de navios mercantes por dia circulam pelo Atlântico Sul em linhas de comunicação marítimas de interesse do Brasil. O transporte marítimo é responsável por mais de 90% de nosso comércio exterior. Sua importância não se limita à consideração dos benefícios derivados do intercâmbio comercial que ele viabiliza. Estende-se ao efeito estimulante com que se projeta em outros setores da economia, como o da produção e outras atividades industriais.

A Estratégia Nacional de Defesa (END) estabelece critérios para a atuação da Marinha na Amazônia Azul (BRASIL, 2008). Ela deve ter como objetivo estratégico prioritário a negação do uso do mar a qualquer concentração de forças que se aproxime do Brasil pelo mar. A uma força de submarinos convencionais e de propulsão nuclear é atribuído o principal papel na execução dessa tarefa. No que se refere ao controle do acesso marítimo ao País, a Estratégia destaca duas áreas como alvos de atenção especial: a faixa que vai de Santos a Vitória, e a área em torno da foz do rio Amazonas. Elege, ainda, como focos principais de atuação da Marinha: a defesa das plataformas petrolíferas, dos arquipélagos e das ilhas oceânicas nas águas jurisdicionais brasileiras; e a resposta a qualquer tipo de ameaça, por Estado ou forças não convencionais ou criminosas, às nossas vias marítimas de comércio.

Um valioso instrumento de apoio à ação da Marinha será o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul, concebido como um projeto nacional, capaz de possibilitar o monitoramento e o controle das atividades nas águas jurisdicionais brasileiras, particularmente aquelas que comportem ou sugiram uma ameaça à soberania, ao patrimônio e aos interesses nacionais.

Outra dessas áreas de significado estratégico mais crítico é a Amazônia brasileira. Com seu enorme potencial de riquezas minerais e a maior biodiversidade do planeta, ela tem sido objeto do interesse ou, talvez, fosse mais certo dizer, da cobiça internacional. A baixa densidade demográfica, as enormes distâncias a serem nela percorridas e a precariedade de seu sistema de transportes, complicam a ocupação racional, o desenvolvimento sustentado e sua integração ao resto do território brasileiro; dificultam a presença do Estado na região, em especial na faixa de fronteiras com outros sete países da América do Sul.

A implantação do Sistema Integrado de Monitoramento das Fronteiras, o SISFRON, além de mais do que duplicar o número de Pelotões Especiais de Fronteira hoje instalados na Amazônia, irá dotar a Força Terrestre dos meios e sistemas necessários a uma efetiva presença e vigilância nessa faixa tão vulnerável, sujeita às investidas da criminalidade transnacional.

A atuação das Forças Armadas na Amazônia também é examinada, principalmente no que diz respeito às perspectivas de sua ampliação, na Estratégia Nacional de Defesa. A Estratégia contempla a Amazônia como um dos focos de maior interesse para a defesa. Reconhece a necessidade do aumento da presença militar brasileira na área. Estabelece, como um dos aspectos a ser considerado na elaboração das hipóteses de emprego das Forças, a ameaça representada por forças militares muito superiores na região. Ressalta a necessidade da constituição de uma esquadra no norte/nordeste do País. Contempla a criação, o mais próximo possível da foz do rio Amazonas, de uma base naval, comparável, no que diz respeito à abrangência e à densidade de seus meios, à Base Naval do Rio de Janeiro.

A essas duas áreas, a Amazônia brasileira e a Amazônia Azul, deve associar-se a dimensão aeroespacial da defesa nacional. Nesse sentido, o controle do espaço aéreo brasileiro e o desenvolvimento dos meios e da capacidade de atuação da Força Aérea são imprescindíveis. A Estratégia Nacional de Defesa estabelece quatro objetivos estratégicos fundamentais na atuação da Força Aérea: a prioridade da vigilância aérea sobre o território nacional e as águas jurisdicionais brasileiras; a capacidade de assegurar a superioridade aérea local, como primeiro passo para afirmar a superioridade aérea sobre todo o território e as águas jurisdicionais brasileiras; a capacidade de levar o combate, com seus meios aéreos de transporte, a pontos específicos do território nacional; e o domínio de um potencial aeroestratégico, constituído, principalmente, de plataformas e sistemas de armas, organizado em torno de uma capacidade e não de um determinado e possível inimigo.

Referi-me, até aqui, a alguns aspectos gerais relativos à atuação das Forças Armadas na esfera da defesa militar propriamente dita do País. No entanto, o emprego das Forças Armadas não se restringe à ocorrência de situações de crise ou conflito. Elas se prestam a avaliar um certo grau de independência de opções e de iniciativa políticas do Brasil no cenário internacional.

Daí, a importância de sua atuação, no quadro da política externa, no apoio a medidas destinadas a estimular o desenvolvimento e a consolidação de um clima de segurança e estabilidade no espaço geopolítico, marítimo e continental, contíguo ao território brasileiro. Medidas que favoreçam a maior aproximação e o entendimento entre as nações; que abram caminho para a cooperação e o compartilhamento de interesses em face de sinais da emergência de riscos ou ameaças (JOBIM; ETCHEGOYEN; ALSINA, 2010).

Entre tais medidas, a promoção do intercâmbio entre as Forças Armadas da região. São exemplos desse intercâmbio: a realização de exercícios

operativos em conjunto, as reuniões bilaterais no nível do Estado-Maior para a discussão de temas militares de interesse comum, a parceria no controle de áreas marítimas e aéreas, a participação em cursos e estágios, em diversos tipos de treinamento. Nesse contexto, merece especial menção o apoio dado pela Marinha à organização e à formação do pessoal da Ala Naval das Forças Armadas da Namíbia. Intercâmbio que reforça a confiança, a amizade e o respeito entre os países da região.

Outra vertente dessa contribuição tem sido – e deverá continuar sendo – a participação, em consonância com a política externa, de unidades ou observadores militares brasileiros em operações de paz das Nações Unidas, em especial, na África, no Caribe e na América Latina. Tal participação realça a presença e a credibilidade do Estado e das Forças Armadas no cenário internacional (FONTOURA, 2009).

Convém aqui relembrar que as operações de paz constituem, na atualidade, um dos principais mecanismos internacionais de administração de conflitos. Pode-se esperar que continuem, nessas próximas décadas, a ter um papel de destaque entre as iniciativas da ONU em prol da paz e da segurança internacionais. A tendência de crescimento do Brasil como ator, e o conseqüente aumento de suas responsabilidades no cenário internacional, deve traduzir-se em uma mais ampla e consistente atuação das Forças Armadas no apoio à política externa do País, amparada, principalmente, no fortalecimento de sua capacidade de ação expedicionária.

Resta mencionar a atuação das Forças Armadas no exercício e desenvolvimento de atividades não propriamente militares, como, por exemplo, aquelas relativas à salva-guarda da vida humana no mar; à segurança da navegação aérea, marítima e fluvial; à prevenção e repressão da poluição ambiental; e o apoio à defesa civil em calamidades públicas. Considerando-se o quadro institucional, a capacidade operacional e, principalmente, o primado do interesse nacional, nada indica ou sugere que a atuação das Forças Armadas nesses setores venha a degradar-se ou, muito menos, a extinguir-se, no decorrer dos próximos anos.

À guisa de conclusão

Procurei aqui abordar o papel estratégico das Forças Armadas e, portanto, os eixos mais salientes de sua atuação em um cenário que, nessas próximas décadas do século XXI, se prenuncia sobretudo incerto e, possivelmente, turbulento. Já não se trata de um cenário relativamente estável e bem definido quanto a seus pressupostos políticos e militares, como no tempo da Guerra Fria.

Dentre tais eixos mais salientes, ressalto a dissuasão, com um

sentido de proteção, como uma postura inibidora de possíveis ameaças, fiadora da integridade e da soberania nacionais, em oposição a atitudes agressivas e irresponsáveis. Postura que deve evoluir, na emergência de crises ou conflitos, conforme prescrito na Estratégia Militar de Defesa, para a “estratégia da defensiva”. Em qualquer caso, não se cogita de um determinado inimigo, mas da capacidade de fazer face à diversidade de tipos de ameaças latentes no cenário.

Na perspectiva de enfrentamento desse cenário, a atuação das Forças Armadas padece de certas carências. Uma delas, por exemplo, se verifica na grande distância que separa suas necessidades de meios de suas disponibilidades atuais, expressas na forma de um material em grande parte obsoleto. Outra, da qual decorre a primeira, diz respeito à insuficiência dos orçamentos militares. É imprescindível que as Forças Armadas disponham de recursos regulares e compatíveis com as vulnerabilidades e, daí, com as necessidades de defesa e a crescente projeção do País no cenário internacional. Poder-se-ia citar, ainda, a importância de uma maior integração estratégica e operacional das Forças Armadas. Com o avanço da tecnologia e o conseqüente encurtamento do binômio espaço-tempo, a interdependência no emprego das Forças tornou-se, em certos casos, uma exigência inexorável.

Para concluir o artigo, repiso a idéia de que as Forças Armadas, atuando em sintonia com outros meios, em particular a diplomacia, é um dos instrumentos de que dispõe o Estado para, a despeito das pressões ou eventuais ameaças emergentes no cenário, desfrutar de um razoável grau de segurança – para usar uma palavra mais trivial, de tranquilidade – na solução dos problemas econômicos e sociais do País, ou seja, no amadurecimento do Brasil como nação.

A atuação das Forças Armadas não pode deixar de contemplar e referir-se, de forma prioritária e essencial, à realização de nossos objetivos fundamentais. É difícil imaginar outra motivação mais abrangente, que possa ter precedência sobre essa. Garantir a soberania nacional, o patrimônio, a incolumidade das fronteiras, a defesa do território, a proteção de nossos recursos naturais, e outras atribuições peculiares às Forças Armadas, subentendidas no preceito constitucional mais amplo de “defesa da Pátria”, são tarefas decorrentes, corolários – é certo que de maneira alguma descartáveis – dessa motivação mais abrangente.

Motivação que adotei como premissa, como ponto de partida, neste trabalho. Não creio que ela possa ser ignorada. Até porque, nesse caso, faltar-nos-iam verdadeiros estadistas, governantes que atuam no presente sem despegar os olhos do futuro; e que, por isso mesmo, saberiam

implantar as bases, prover os meios, abrir caminho para a efetiva afirmação do papel que, nesta quadra do século XXI, as Forças Armadas do Brasil devem exercer.

Referências:

ANDERSON, Benedict. Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BRASIL. Governo Federal. Estratégia Nacional de Defesa, 2008.

DIÉGUES, Fernando Manoel Fontes. O Brasil e o cenário internacional: uma visão do papel estratégico das Forças Armadas. Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, v.125, n.10/12, out./dez. 2005.

DIÉGUES, Fernando Manoel Fontes. O panorama da segurança internacional: uma breve reflexão. Revista do Clube Naval, Rio de Janeiro, v. 116, n. 348, out./dez. 2008.

FLORES, Mario Cesar. Defesa Nacional: uma visão político-estratégica. Revista do Clube Naval, Rio de Janeiro, v. 118, n. 356, out./dez. 2010.

FONTOURA, Paulo Roberto Campos Tarrisse da. Brasil: 60 anos de operações de paz. Rio de Janeiro: Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, 2009.

FRIAS FILHO, Otavio. Brasil, 2050: um horizonte geopolítico. Folha de São Paulo, 10 de abril de 2011.

FRIEDMAN, Thomas L. O mundo é plano: uma breve história do século XXI. Tradução de Cristiane Serra S. Duarte. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

JOBIM, Nelson A.; ETCHEGOYEN, Sergio W.; ALSINA, João Paulo (Orgs.). Segurança internacional: perspectivas brasileiras. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

KHANNA, Parag. O Segundo Mundo: impérios e influência na nova ordem global. Tradução de Clovis Marques. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2008.

KISSINGER, Henry. O fim da hùbris. The Economist, dez. 2008/ jan 2009. Licenciado para Carta Capital.

LUTTWAK, Edward. Turbocapitalismo: perdedores e ganhadores na economia globalizada. Tradução de M. A. Caldeira Brant e Gustavo Steinberg. São Paulo: Nova Alexandria, 2001.

TOH, Chee Hong Joshua. Brazil, Russia, India and China (BRIC): reshaping the world order in the 21st century". [201-]. Disponível em: <<http://www.usnwc.edu/Lucent/OpenPdf.aspx?id=93&Title=The%20Global%20System%20in%20Transition>>. Acesso em: 20 set. 2010.

VIDIGAL, Armando A. Ferreira et al. Amazônia Azul: o mar que nos pertence. Rio de Janeiro: Record., 2006.

VIDIGAL, Armando A. Ferreira. A evolução do pensamento estratégico naval brasileiro: meados da década de 70 até os dias atuais. Rio de Janeiro: Clube Naval, 2002.

ZAKARIA, Fareed. O mundo pós-americano. Tradução de Pedro Maia. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

Recebido em: 31/05/2011

Aceito em: 14/06/2011

